

## Pátria Educadora: uma reflexão preliminar sobre texto em discussão

Prof. Dr. Jose Clovis de Azevedo<sup>1</sup>

Este texto de 13 pontos não tem a pretensão de ser uma proposta alternativa ao texto do governo. Até por que isto só poderia ocorrer com um intenso debate sobre o que está sendo proposto. Trata-se de uma reação ou manifestação preliminar sobre uma proposição que no nosso entendimento está na contra mão do projeto que construímos há mais de trinta anos e nos possibilitou governar o Brasil. Nesta reflexão há certa dose de indignação, pois não poderíamos imaginar que uma proposta com esse conteúdo conservador e excludente pudesse vir de um governo que queremos seja nosso. Como ainda não perdemos esta ilusão não poderíamos cruzar os braços diante de tão conflitante problema. Não temos compromisso com os princípios que norteiam a proposta, pois ela ataca frontalmente o campo democrático e expressa os conceitos do conservadorismo ou do modernismo de mercado. Fazemos a seguir uma série de reflexões críticas mescladas com possibilidades de mudanças, muitas delas derivadas da nossa experiência, na formação de professores, na pesquisa, na gestão em nível municipal e estadual e na relação militante com os movimentos sociais. Estivemos na trincheira da formação do PT e da CUT e, apesar de tudo, não queremos sepultar nossos sonhos. Acreditamos na

---

<sup>1</sup> Professor Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo - USP, docente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* do Centro Universitário Metodista – IPA, pesquisador em Educação. Foi Secretário de Estado de Educação do Rio Grande do Sul (2011-2014), Secretário Municipal de Educação de Porto Alegre (1997-2000) e Reitor da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS (2001-2003), Secretário Geral do CPERS Sindicato (1986-1989), Secretário de Formação Adjunto da CNTE (1989-1992). Participou da fundação do Partido dos Trabalhadores – PT, foi Dirigente Estadual PT por várias gestões e participou como Dirigente Sindical da formação da Central Única dos Trabalhadores – CUT.

possibilidade de um Brasil Profundamente democrático e justo. E a Educação não é tudo, mas tem um grande papel neste objetivo. Como disse Galeano a utopia está no horizonte e quanto mais caminhamos mais o horizonte se afasta e a utopia fica mais longe do nosso alcance. Então para que serve a Utopia? Para que andemos. Responde Galeano. Esta proposta tenta colocar o horizonte fora do nosso alcance, mas vamos continuar caminhando, pois ainda miramos a utopia.

1)As preocupações e propostas que estão expressas no documento **Pátria Educadora: a qualificação do ensino básico como obra de construção nacional**, construído pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, não são, em nossa opinião, coerentes com o projeto político que forjamos nas últimas décadas. É uma proposta baseada em um experimentalismo elitista, referenciado nos valores de mercado, com viés fiscalizador, controlador, seletivo e com traços autoritários. Não dialoga com a nossa história, não respeita as nossas experiências, não recorre ao nosso patrimônio representado por aqueles que pensaram e contribuíram consistentemente com propostas para superar os gargalos que afetam o direito a uma Educação para Todos. A proposta sustenta-se em conceitos antagônicos às concepções assumidas e construídas pelo campo democrático. Para concretizar uma proposta de interesse de uma parte da sociedade propõe a criação de instituições paralelas, desqualifica as universidades revelando um conteúdo identificado com as fundações empresariais e institutos privados. E, ao mesmo tempo, entram em um terreno movediço, suscitando disputas ideológicas com nosso campo de sustentação do governo que prejudicariam o nosso governo, identificando-o com as propostas conservadoras

para educação, do empresariado e dos nossos inimigos de projeto.

Podemos começar discutindo um dos aspectos que mais revelam o caráter da Pátria Educadora proposta. O Plano de Carreira Nacional PCN, para os professores. Este Plano teria diretrizes que poderiam ser seguidas por estados e municípios. Independente da pouca praticidade desta proposta, pois choca-se com a autonomia federativa, ela revela todos os conceitos de uma educação baseada no controle e na responsabilização como exige o mercado. Tudo seria equacionado através de provas gratificações, estímulos competitivos como credenciamento para receber os recursos públicos. Ora, provas padronizadas, de fora pra dentro, podem até verificar certas condições cognitivas do professor, mas não aferem sua condição de educador no cotidiano da sala de aula. Não produzem as competências para ensinar de fato, no “chão da escola”. É importante compreender o que é ensinar na Educação Básica. O que significa ensinar com qualidade. É importante o domínio do conhecimento da área, mas existe um conjunto de fatores intangíveis, que podem ser analisados, mas não podem ser mensuráveis. Esses fatores, que não são alcançados pela econometria e em geral, não são considerados ou não são percebidos por uma determinada visão tecnicista, - que considera a educação como processo de treinamento e instrumentalização de quem aprende e de quem ensina. Não compreendem a educação como um processo de formação, de reflexão permanente e de agregação de valores éticos para viver e conviver e de saberes técnicos para que cada sujeito possa contribuir com o corpo social e construir sua existência como cidadãos e produtores.

A visão tecnicista transforma o educador em mero executor de tecnologias educacionais para garantir a instrumentalização do educando com conteúdos eleitos de fora para dentro, que perdem a sua importância quando destituídos de significados para os sujeitos do processo. Esta visão reducionista da educação não percebe os aspectos afetivos, emocionais e culturais que envolvem a Educação. Para além de um intelectual bem preparado o educador trabalha com a diversidade, com as emoções, com os afetos, com os conflitos, com os contextos, com os imaginários, com as histórias de cada sujeito aluno. Dentro deste universo complexo tem que desenvolver suas competências que não serão estimuladas ou resolvidas por testagens artificiais e desvinculadas da vida destes sujeitos. Esta linha tão defendida pelos empresários e tão simpáticas aos econometristas da educação é responsável pela profunda crise que vive a educação pública dos Estados Unidos, conforme documenta Diane Ravich<sup>2</sup> em sua obra “Vida e a morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação”. Na visão tecnicista avaliar é aplicar testes e tomar os resultados para punir ou premiar. A avaliação necessária é aquela vinculada ao processo de trabalho, para resolver os problemas concretos, buscar respostas e com a participação ativa dos sujeitos avaliados. O que não exclui o olhar externo e até a realização de provas, mas como mais uma dimensão do processo de avaliação.

Mas então o que fazer? Como melhorar a qualidade da educação pública brasileira? Em que momento vive a educação brasileira?

---

<sup>2</sup> Diane Ravich foi Secretária Nacional de Educação no Governo Bush, tendo sido convencida a implementar o Programa baseado em testes e responsabilização conforme o Modelo Empresarial de Mercado. Como pesquisadora descobriu que a política que estava implementando estava tendo consequências danosas para a educação pública. Sua autocrítica consta na obra “Vida e a morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação”, o trabalho foi publicado pela Editora Sulina, Porto Alegre (2011).

2)É preciso compreender e considerar alguns aspectos do nosso sistema educacional: somos herdeiros de uma sociedade escravocrata onde a educação do povo não era necessária e não tinha importância. A nossa subjetividade ainda é impregnada de uma valorização secundária da educação. A história revela esta evidência. A primeira universidade da América Latina foi fundada em 1536, em Lima Peru. A primeira universidade brasileira foi fundada em 1932, universidade de São Paulo. O vizinho Uruguai universalizou a Educação fundamental na primeira metade do século passado e a Argentina no inicio do século passado com a reforma de Sarmiento. No Brasil a educação se constitui como direito somente com a Constituição de 1988 e a universalização do ensino Fundamental só ocorre no início do século XXI. A baixa estima pela Educação é ainda alimentada com comparativos totalmente artificiais com outros países. O Ranking, a partir de resultados de avaliações como o PISA, serve para a mídia e seus aliados desenvolver uma crescente baixa estima entre educadores e educandos brasileiros. Comparar quem investe em média dois mil dólares aluno/ano com países que investem de oito a doze mil dólares aluno/ano além de tecnicamente equivocado é moralmente injusto. Poderíamos ainda discutir as diferenças de formação histórica destes países e do Brasil. Não significa que não reconhecemos os nossos problemas, mas precisamos, em primeiro lugar avaliarmos em relação a nós mesmos e não desconsiderar a História. Não devemos fazer coro com a mídia que defende uma escola pública ideologicamente privatizada e por isso usa a comparação do incomparável para desmoralizar tudo que é público. Não podemos alimentar o chamado “complexo de vira-lata”.

3) Temos um sistema educacional tardio, muito jovem e muito complexo, pois em pouco mais de uma década botamos na escola as legiões de excluídos que historicamente haviam sido privados deste direito. No entanto continuamos a usar formas avaliativas seletivas e classificatórias que continuam expulsando da escola grande parte das crianças e dos adolescentes das classes populares. A adoção de procedimentos tecnicistas, uniformizadores, conforme recomendam as fundações empresariais e os institutos vendedores de tecnologias, tendem a aprofundar o fosso entre ensino restrito a conteúdos instrumentalizadores ou a protocolos artificiais, subordinados e afunilados a testagens preestabelecidas, e um ensino criativo, investigador, onde cada sujeito pode construir sua autonomia, desenvolver suas infinitas capacidades, tanto no ato de aprender, quanto de ensinar.

4) Considerar o nosso ensino enciclopedista me parece um olhar da escola anterior à 5692/70. Assemelha-se mais a uma cópia pálida do pragmatismo e utilitarismo americano, agora aparecendo com novas tintas, de que ao enciclopedismo. Na verdade, a nossa escola baseia-se no modelo curricular de Bobbit, que foi o primeiro teórico do currículo. Baseado nos princípios mecanicistas, racionalistas e na coisificação da realidade, conforme os preceitos positivistas, Bobbit adaptou esta base teórica ao taylorismo-fordismo e pensou a organização escolar e os objetivos do currículo conforme a lógica da fábrica. A industrialização americana foi acompanhada de processos de imigração, principalmente europeia, sendo por essa razão politicamente necessária estabelecer uma educação homogeneizadora para contrapor a diferenciação cultural produzida pela imigração. A escola com pré-requisitos, com

protocolos repetitivos, com o conhecimento fragmentado em disciplinas, com tempos fechados, com avaliação classificatória e seletiva, baseada na repetição, imita a linha de montagem. Isso muito mais que o enciclopedismo produz a pauperização da escola. A cultura escolar é condicionada pela lógica da fábrica em sua versão clássica, do velho fordismo. Dai porque tem que avaliar os alunos e às vezes também os professores, como na linha de montagem. A avaliação repete a seção de controle de qualidade, o produto defeituoso é descartado que, no caso da educação, é o educando. É a exclusão pela avaliação. É preciso considerar que a fábrica produz coisas inanimadas e a educação constrói sujeitos de direitos, que têm emoção, história, imaginário, sonhos, dores e alegrias, portanto não podem ser avaliados como um produto fabril, como uma peça. A superação da cultura da repetição baseada na organização fabril clássica demanda um rompimento epistemológico com estes fundamentos e a compreensão e utilização dos conhecimentos científicos sobre desenvolvimento humano, sobre os processos cognitivos, fruto das mediações entre o biológico e o social, operado pelo cérebro humano, produzindo os significados que induzem a apreensão do real. O atual estágio do conhecimento científico nos demonstra que o conhecimento está em permanente transformação, quando repetido não é mais conhecimento, mas informação. O conhecimento não pode ser transmitido de fora pra dentro ao indivíduo, mas é uma construção que passa por dentro do sujeito, mudando sua compreensão e percepção do mundo e o transformando em um ser diferente. O conhecimento transforma o sujeito que aprende e modifica a visão sobre o objeto de aprendizagem, não é uma construção externa ao sujeito transferida mecanicamente, mas é uma construção individual mediada pelas relações sociais.

Portanto é preciso construir um novo senso comum sobre conhecimento, avaliação, aprendizagem, produzindo novas práticas pedagógicas, modificando a cultura escolar a partir de novos pressupostos epistemológicos. Esta compreensão, este salto no trato do conhecimento é a centralidade para formar um educador que seja sujeito da virada da educação pública brasileira.

5)Este rompimento epistemológico não se dará por decreto e nem por ações voluntaristas, mas é um processo cumulativo que necessita de um tempo histórico para criar raízes e produzir cultura. As concepções de construção do conhecimento, como totalidade interdisciplinar inerente aos fenômenos de todas as ordens, necessitam de uma profunda reorientação na formação inicial dos professores e uma política de formação continuada em serviço. Os objetivos desta formação vão desde a inserção em novas perspectivas epistemológicas, passando por práticas pedagógicas interdisciplinares, trabalho coletivo, percepção do conhecimento como movimento de desvelamento da realidade em transformação, avaliação emancipatória com vistas a resolver problemas de aprendizagem ou não aprendizagem e não como seleção e classificação. A formação em serviço deve ser feita confrontando as questões teóricas com a realidade concreta. Ou seja, a partir do e estudo e aprofundamento dos problemas reais e dos desafios de ensinar e aprender no cotidiano da escola. A teoria como ferramenta para a busca de soluções formativas para os educadores e educandos. A formação em serviço necessita ser feita preferencialmente no espaço escolar disponibilizando, no mínimo, um terço do contrato de trabalho do professor para a formação. A escola da repetição deve dar lugar gradativamente a uma escola da criatividade, da pesquisa e

da construção do conhecimento. A formação em serviço não exclui outras atividades de formação fora da escola como cursos seminários e outros eventos científicos. A formação continuada em serviço deve ser planejada e articulada entre os entes federados, conjuntamente com as universidades públicas, equacionando as responsabilidades: do financiamento, da organização, da disponibilização da infraestrutura e das estratégias de tratamento do conteúdo. Além dos elementos de ordem teórico-práticos a formação deve utilizar as novas tecnologias como ferramentas de ensino aprendizagem indispensáveis às exigências contemporâneas. Apesar da importância da Matemática, dos idiomas, e da Língua Portuguesa em especial, os professores precisam ser preparados para garantir uma Educação Integral aos alunos, desenvolvendo todas as suas dimensões; o pensamento lógico, a ética, a disciplina, a consciência de diretos e deveres, a capacidade de viver e conviver com o outro, a cultura da paz, a convivência harmoniosa com a natureza e a capacitação para o exercício da produção da sua existência profissional e social com dignidade. Para isso é imprescindível também a aprendizagem das Ciências Humanas, dos esportes e das artes em suas diferentes linguagens.

6) As elites brasileiras têm um desejo inconfesso de dominar o conteúdo da escola pública para formar os educandos com vista a seus objetivos. Privatizar o conteúdo da escola pública ensinando a moral mercadológica, formando cidadãos clientes que pensam e reproduzem os valores da competição, para vencer derrotando o outro. É o objetivo do mercado. Nesta lógica estão as proposições de prêmios para os melhores e em consequência castigo para os considerados piores. A lógica do

prêmio e do castigo é incompatível com a educação como direito. Homogeneizar o currículo em nível nacional, ou padronizar atividades educacionais através de protocolos didáticos é a melhor forma de impor a visão dominante ao conjunto da Nação. Afinal a escola pública, no ponto de vista das elites, deveria consolidar o papel “educativo” da rede globo e de outros instrumentos midiáticos na produção de um senso comum em favor de seus interesses.

7) Ao contrário de padronizações, o novo desenho curricular deve dialogar com a diversidade das nossas juventudes. Para tal não é necessário inventar a roda. As diretrizes curriculares do Conselho Nacional de Educação CNE, para o Ensino Médio e para a Educação Básica precisam ser introduzidas, de fato, em todo território nacional. As diretrizes enunciam quatro grandes áreas do conhecimento: área das Linguagens, das Ciências da Natureza, da Matemática, das Ciências Humanas. No Ensino Médio definem que o currículo deve ser organizado a partir dos conceitos de Ciência, Trabalho, Cultura e Tecnologia, propondo que cada campo dos componentes das áreas trabalhem as respectivas tecnologias. Colocar isso em prática como fizemos no Rio Grande do Sul seria um salto qualitativo virtuoso<sup>3</sup>. Seguindo o caminho da Educação Integral em tempo integral é necessário ampliar a Carga Horária do Ensino Médio para três mil horas,

---

<sup>3</sup> No Rio Grande do Sul foi feita a reforma do Ensino Médio na gestão 2011-2014. As mudanças foram baseadas nas Diretrizes Curriculares do Conselho Nacional de Educação para o Ensino Médio e a Educação Profissional Integrada. A reorganização curricular baseou-se nas seguintes concepções: interdisciplinaridade; Politecnia; Avaliação Emancipatória; na pesquisa como prática pedagógica, e Integração da Educação Geral e Educação Profissional. A reforma foi implantada gradativamente nos primeiros anos 2012, nos segundos anos 2013 e nos terceiros anos 2014. No ano de 2011 houve uma intensa discussão em todo o estado e um processo conferências com etapas na escola, nas regiões e finalmente, a Conferência Estadual com a participação de 800 delegados de todo o estado que estabeleceu as orientações gerais para implantação do processo de mudança. Apesar do curto espaço de tempo os resultados foram perceptíveis. A Rede Estadual ficou em primeiro lugar na proficiência em Português e Matemática na Prova Brasil, e no resultado geral do IDEB passou do 11º lugar em 2011 para o 2º lugar em 2013. Houve uma diminuição significativa da reprovação e pela primeira vez na história houve uma diminuição dos índices de abandono.

como primeiro passo para o tempo integral. Todas as alterações devem ser acompanhadas da introdução da pesquisa em toda a educação básica. Sendo que no Ensino Médio a investigação além de construir conhecimento possibilita ao aluno conhecer o mundo do trabalho e começar a formatar o seu projeto de vida, dando assim sentido ao Ensino Médio. É importante registrar que a pesquisa deveria ser desenvolvida como prática pedagógica inerente ao ensino, evidentemente dentro dos níveis e possibilidades de cada segmento da Educação Básica. Na Educação Profissional é necessária a superação do dualismo entre formação geral e técnica promovendo a integração em cursos de Educação profissional Integrada, superando as dicotomias pensar e fazer, teoria e prática, ciência e tecnologia, garantindo ao educando uma formação profissional com a compreensão dos fundamentos científicos da técnica, de seu sentido social e do impacto social e ambiental do uso das tecnologias.

8) quando se pensa em currículo surgem duas questões fundamentais para serem apreciadas: que tipo de sociedade queremos? Que tipo de pessoas precisamos formar para ter a sociedade que queremos? Talvez seja difícil de construir respostas consensuais, mas certamente existe um campo democrático progressista, humanista onde podemos encontrar um razoável grau de acordo com um conjunto de questões importantes. Sabemos que não queremos uma sociedade autoritária, excludente, discriminadora, predadora do ser humano e da natureza. Desejamos que cada cidadão e cidadã tenha autonomia, capacidade crítica, condições de formar juízo de valores, praticar a solidariedade, a cooperação, rejeitar todo tipo de indignidade que afete o ser humano, ser capaz de

produzir a sua existência e contribuir para o desenvolvimento da sociedade como um todo. Certamente formar este indivíduo é um grande desafio que não será respondido apenas oferecendo a ele capacidade analítica. É necessário contaminá-lo com esses valores. Existem hoje jovens universitários, de classe média alta, queimando mendigos, índios e moradores de rua. Em Porto Alegre um qualificado técnico do Banco Central jogou seu carro contra um grupo de ciclistas. Todos esses atos foram praticados por indivíduos com grande capacidade analítica, certamente dominadores da escrita e da interpretação de textos, mas também, certamente defeituosos na sua formação de caráter, nos valores de convivência social e de cidadania. Novamente reforçamos, que bom que estas pessoas tenham essas competências individuais para serem bem sucedidos social e economicamente e poderem manter-se no nível privilegiado da sua origem social. Mas que lástima que a escola que os ensinou Matemática e Português não os ensinou a viver, conviver e a defender a vida. Esta não é a formação necessária à sociedade que queremos. Poderíamos continuar pontuando casos desta natureza para nos ajudar a sustentar na defesa do conceito de Educação Integral. Entendendo Educação Integral como a educação que forma todas as dimensões do ser humano, com os requisitos necessários para a convivência em uma sociedade verdadeiramente democrática.

9) Para formar cidadãos aptos à convivência democrática e com competência intelectual e técnica para o mundo do trabalho precisamos reinventar a escola. Trata-se da necessidade de uma escola com paradigmas que dialoguem com a formação de cidadãos globais, que sejam formados para uma inserção crítica no mundo do trabalho. Ou seja, uma pedagogia baseada em

processos de aprendizagem onde os conteúdos sejam resignificados e interajam com os contextos reais, com as experiências de vida dos educandos e com a diversidade cultural e social. É necessário também: Instituir a pesquisa como prática pedagógica inerente ao ensino e a aprendizagem; trabalhar com paradigmas epistemológicos que superem a concepção de conhecimento e de aprendizagem da escola imitadora da linha de montagem da fábrica taylorista-fordista; superar a fragmentação das disciplinas pelas práticas interdisciplinares. Para as necessidades do nosso tempo o conceito disciplina não dialoga mais com o trato do conhecimento no âmbito da extraordinária revolução no campo das ciências, das comunicações e das tecnologias. As disciplinas fragmentadas, aprisionadas a grades curriculares devem ser remetidas a um museu da educação, pois elas são um anacronismo com força inercial. O currículo deve ser organizado por áreas de conhecimento, compostas pelos seus campos que se relacionam interdisciplinarmente. A interdisciplinaridade não é um conceito abstrato, mas o fenômeno, o real é que é interdisciplinar. Nenhuma disciplina explica isoladamente a totalidade de um fenômeno. Todo conhecimento é uma totalidade. Não se pode explicar um fenômeno matemático só pela matemática, assim como não se pode explicar um fenômeno histórico só pela história. Ensinar por disciplina é mostrar o mundo aos nossos alunos por janelas. É a parcialidade não inteligível em prejuízo do conhecimento da totalidade. É preciso reforçar também que a escola pública desse tempo não tem nada a ver com a escola pública de “boa qualidade de antigamente”. Naquela escola pública estudavam as elites, o povo estava fora da escola. Hoje o povo está na escola. Esta escola tem uma grande qualidade: é a escola para todos, a escola do direito. Aquela, de antigamente,

era a escola do privilégio, para poucos. O problema é que os gestores, os responsáveis pela educação pública, e muitos professores pensam no ensino para a escola do povo como se fosse a escola da elite. Por isso o alto índice de repetência e abandono, com enormes perdas de cérebros, de inteligências e de investimentos. A principal riqueza da nação, que é seu povo, perde-se no ralo da exclusão de uma educação cujos processos pedagógicos não dialogam com as necessidades das crianças e dos adolescentes desse povo. Por isso a escola tem que ser repensada nos seus paradigmas epistêmicos, nos seus espaços, nos seus tempos, nos seus códigos de comunicação, nas suas concepções de avaliação. É de estranhar-se que os governos de esquerda no Brasil tenham esquecido Paulo Freire, da sua contribuição com uma pedagogia capaz de captar os universos culturais da nossa Nação. É de se perguntar por que Florestan Fernandes, Paulo Freire, Darcy Ribeiro não são homenageados com a ressignificação de suas contribuições tão ricas para responder às necessidades educacionais da Nação? E isto justamente no momento em que precisamos dialogar com o povo, precisamos de uma educação que interaja com a nossa diversidade. Ao contrário, desperdiçamos essas contribuições em troca dos imediatismos de interesses que não respondem ao essencial. As políticas públicas teimam em reforçar os pressupostos políticos e pedagógicos que cerceiam o conhecimento à nossas crianças. Todas as nossas crianças aprendem e podem aprender. O ser humano aprende desde a sua concepção até o último suspiro de vida. Todo ser humano tem experiência de vida que lhe aporta mais ou menos conhecimento. Não existe um ser humano pré-cognitivo, a cognição é uma condição humana. O ser humano é um ser histórico e cognitivo. Todo ser humano, toda criança adentra as

portas da escola portando conhecimentos da sua experiência de vida. Hoje os milhões de crianças das periferias empobrecidas das áreas urbanas estão na escola, mas não compreendem o significado da escola, não decodificam a escola e os chamados conhecimentos escolares. A escola, como na proposta da Pátria Educadora, muitas vezes, trata-os como seres “pré-cognitivos”. Essas crianças e adolescentes precisam de uma escola que desenvolva práticas pedagógicas que vão ao seu encontro, que faça a mediação entre o conhecimento escolar e as suas experiências de vida. Precisam de uma escola com vínculos com a comunidade, que rompa os muros culturais que a isolam da comunidade. Estas crianças precisam fazer sua caminhada de aprendiz a partir de onde elas estão. Cabe à escola encontrá-las e ajuda-las a caminhar. E esta escola e estas crianças atingirão a qualidade, pois para que elas andem basta uma pedagogia adequada, que dialogue com as culturas, a vida e o seu imaginário. Onde há ser humano existe cognição. A escola democrática, capaz de incorporar as crianças das classes populares na construção e no acesso ao conhecimento terá que pensar o currículo a partir de fontes que cumpram esses objetivos, tais como: a fonte filosófica que responde a que sociedade queremos e que cidadão precisamos formar, garantindo o direito e a inclusão de todos; a fonte epistemológica que responde aos fundamentos e às concepções no trato do conhecimento; a fonte sociohistórica que responde à compreensão dos contextos histórico cultural da vida das comunidades locais e seus nexos com o universal; a fonte psicopedagógica que identifica quem é esse sujeito aluno, a sua trajetória, seu imaginário, como ele aprende e quais as respostas pedagógicas necessárias para a sua aprendizagem. Existem experiências muito ricas em que a escola vai a comunidade, faz

uma investigação socioantropológica e a partir das informações coletadas organiza seu programa de ensino, trabalhando os conteúdos das áreas do conhecimento a partir de fenômenos significativos da comunidade, selecionando conceitos que envolvem esses fenômenos, transformando a vida comunitária em campo de aprendizagem das ciências, das artes e da cultura. O contato com a comunidade motiva os professores a compreender o percurso de vida de seus alunos, trata-los como sujeito de direitos, utilizar programas e linguagens que os ajudem a decodificar a escola e encontrar motivação e sentido nas aprendizagens propostas. A escola da criatividade, ao contrário da escola da repetição, criará espaços e estímulos diversificados para que as potencialidades aflorem na música, na pintura, no teatro nos idiomas, na matemática e em todos os campos do conhecimento. Todas as instituições têm que ter essa qualidade. O direito é para todos. Não se pode discriminar, classificar, selecionar e elitizar. Isto não significa que não devemos ter políticas que suportem pessoas e projetos que extrapolam os espaços da escola. O mérito deve ser incentivado, não como prêmio, gratificações temporárias do tipo “mostrar a cenoura”, porque o reverso do prêmio é o castigo, mas como reconhecimento. Não como poder sobre o outro, meritocracia, mas como agregação de valor à trajetória individual, intelectual, social e material.

10) Não podemos concordar com a ideia de que os professores da educação básica são indigentes intelectuais, a escória que não tendo competência para outras atividades mais remuneradas optou pelo magistério e por instituições formadoras de baixa qualidade. Esta desqualificação dos profissionais do ensino não ajuda a busca de um diálogo construtivo para a melhoria da

qualidade do ensino. Em nossa experiência de profissional da educação pública e como gestor municipal, estadual e de uma universidade pública não encontramos elementos para confirmar nem para concordar com tais afirmações. É certo e inegável que existem profissionais mal formados, e instituições que só visam o lucro e com péssimo ensino. Porém essa é uma parte da história e uma política pública não pode se pautar por tamanha distorção de análise, beirando ao pré-conceito. Os professores, na sua maioria, são dedicados e idealistas e só não superam as suas deficiências pelas concepções que não oferecem políticas públicas que oportunizem o seu desenvolvimento intelectual. Em geral estados e municípios não têm políticas de formação continuada em serviço e quando as têm como foi o caso da última gestão no RS, os professores em sua maioria aderem com entusiasmo e paixão e os resultados aparecem. E não há formação inicial, por melhor que seja que dispense o professor de ser um eterno estudante. Como formar pessoas para um mundo em permanente transformação científica e tecnológica sem uma atualização permanente do formador? Mas a maioria dos gestores, das diferentes instâncias federativas, não está muito preocupada com isso. Querem resultados de curto prazo e quando não os têm buscam a responsabilização dos profissionais do “chão da escola”. Tanto com análises depreciativas, como com a criação de mecanismos artificiais de responsabilização e controle inócuos, com altos custos, baixos resultados e ampliação de conflitos e descontentamentos. Estas são as piores políticas e as menos eficazes. Nada mudará na Educação sem o convencimento e adesão dos seus principais sujeitos autores e atores, os professores.

11) Considerando o nosso projeto político comprometido com a democratização da sociedade, cumpri-nos também democratizar a Educação enquanto política pública e a escola enquanto instituição final da execução desta política. A democratização da escola pode ser percebida em três dimensões: a democratização do acesso; a democratização da gestão; e a democratização do acesso ao conhecimento com aprendizagem e garantia de permanência. Na democratização do acesso tivemos avanços fantásticos universalizando o Ensino Fundamental, mas ainda temos mais de 30% das crianças de 4 a 6 anos fora da pré-escola e um acesso muito tímido para crianças de 0 a 3 anos e pouco mais de 50% dos jovens de 15 a 17 anos estão no ensino Médio. Em relação ao acesso a creches e pré-escolas são necessários investimentos da União e dos municípios, conforme as metas do PNE. Há necessidade de uma atenção especial para a Educação de Adultos. Estados e municípios devem expandir o atendimento na EJA para a população acima dos 18 anos que não cursou o Ensino Médio e o Fundamental na idade própria. A expansão da oferta deve ser concretizada com currículos e tempos adequados às necessidades intelectuais e a condição de trabalhador desta população. Os currículos devem prever avaliações que aproveitem a experiência, os ritmos de aprendizagem e os valores inerentes à formação de sujeitos cidadãos e cidadãs. As avaliações para proficiência e certificações podem ser feitas pelas instituições escolares, pelos sistemas municipais, no caso do Ensino Fundamental, e pelos estados no caso do Ensino Médio e da Educação Profissional. A certificação em massa, com critérios de qualidade, dessa população de jovens e adultos deve oportunizar também a formação profissional, tanto de curta duração, quanto a formação técnica. Esta oferta de formação técnica deve ser articulada com as instituições de ensino já

existentes, escolas técnicas estaduais, municipais e os Institutos Federais, com investimentos que qualifiquem essas estruturas, no plano material e em recursos humanos. Deve se evitar projetos que pressupõem paralelismos e estimulam ações clientelistas e dificuldades na gestão como é o caso do Pró-jovem. Para colocar a população de 15 a 17 anos no Ensino Médio há que se superar a cultura da reprovação e do descompromisso com a não aprendizagem para que essa faixa etária não fique retida no Ensino Fundamental e para que tenha sucesso no Ensino Médio. Isto só será possível com os rompimentos epistêmicos que discutimos acima, com articulação da educação com outras políticas sociais e com a ampliação da jornada escolar. Ou seja, a Educação Integral e a implantação gradativa do tempo integral. Ao mesmo tempo é preciso um subsídio em forma de bolsas que garanta o direito de estudar sem trabalhar dos 15 aos 17 anos. Além de bolsas para os hipossuficientes de caráter social, com a introdução da pesquisa no Ensino Médio é necessário que os estados e a União criem em conjunto um extenso programa de bolsas de iniciação científica e subsídios para professores e alunos apresentarem suas pesquisas em eventos regionais, nacionais e internacionais. As bolsas de iniciação científica deverão ser condicionadas aos alunos que demonstrarem perfil para a atividade de pesquisa. O acesso e a permanência com aprendizagem deve mobilizar um esforço conjunto das esferas públicas e deve ser ponto permanente dos programas de formação continuada em serviço. Ou seja, temos que garantir o acesso e a permanência superando as distorções que geram os efeitos mais nefastos para o Ensino Médio, a perda de um terço dos nossos jovens para a reprovação e o abandono. A outra dimensão, a democratização da gestão, é outra questão polêmica. A nossa tradição autoritária e

excludente, mesclada com o tecnicismo só percebe o caráter técnico e administrativo da gestão, mas na forma mais simplista e tradicional. É ilusório achar que basta um professor fazer um curso, ser aprovado numa avaliação para ser um bom diretor. É preciso entender qual é o papel de um diretor numa escola média e grande onde estão os grandes desafios. Estas escolas tornaram-se instituições complexas, o que ainda não foi percebido por quem não tem algum tipo de contato com seu cotidiano. Entre essas questões destacam-se: não existe mais merenda escolar, mas alimentação escolar com refeições, com equipamentos técnicos, com planejamento nutricional, sendo que em redes estaduais as escolas fornecem de 500 a três mil refeições diárias nas maiores escolas; essas escolas que não são poucas recebem e gerem recursos públicos que podem ir de dez mil mensais a cem mil mensais; com a introdução das novas tecnologias há necessidade de gerenciamento de manutenção e funcionamento de uma complexidade de equipamentos; a gestão de pessoas torna-se cada vez mais complexa, quanto mais a escola reinventa as suas ações pedagógicas. Frente a essa realidade a grande tarefa de um bom diretor passou a ser em primeiro lugar garantir a atividade fim, a gestão dos processos pedagógicos. Todas essas funções estão distribuídas em um corpo diretivo: diretor, vice-diretores, coordenadores pedagógicos, coordenadores de turnos. Em algumas experiências como o a do RS já se trabalham com o conceito de equipe diretiva e embora o diretor tenha um papel importante, o poder está distribuído em vários níveis. A primeira questão que deve ser a preocupação para uma boa gestão é reconhecer a complexidade que adquiriram as médias e grandes escolas. Ou seja, as escolas precisam de técnico em finanças, técnico em administração, técnico em nutrição e outros profissionais a ser discutido para

área de gestão. Estas funções hoje são cumpridas por profissionais de outras áreas, de forma improvisada. Não é mais possível pensar a direção de uma escola sem essa estrutura. O importante para qualidade da educação não é sair pelo Brasil cassando maus diretores e instituindo órgãos de fiscalização e **controle**, mas repensar a estrutura administrativa da escola na sua complexidade atual para que ela realize bem a atividade fim. A escola tem que ter um corpo técnico permanente que garanta a continuidade administrativa. É evidente que esses técnicos têm que participar da formação continuada para que incorporem a visão de que as atividades meio estejam a serviço das atividades fins previstas pelo projeto pedagógico. Portanto a ideia de que um diretor qualificado muda a cara da escola tem que ser relativizada pela complexidade do que é escola hoje. Esta visão pode ser mais real nas pequenas escolas, com menos de 200 ou 300 alunos. Ainda há que considerar que em alguns sistemas **existe** um crescente empoderamento dos conselhos escolares, eleitos pela comunidade escolar. Os conselhos influenciam cada vez mais na constituição e na gestão do Projeto Pedagógico e nas decisões sobre aplicação dos recursos. Portanto não podemos mais pensar a escola como uma instituição simples com um diretor bem preparado que influencia pessoalmente o trabalho de um punhado de professores. Embora não estejamos negando a importância do diretor bem preparado. Estamos aqui considerando os sistemas que têm muitas escolas grandes, principalmente nas periferias urbanas como é o caso do RS. Portanto as qualidades de um diretor precisam ser para além da competência técnica. Tem que ter algumas características tais como: ter um perfil de liderança; incentivar o trabalho coletivo; possibilitar a participação da comunidade escolar; dominar as concepções de educação, mobilizar a escola em torno do projeto

pedagógico, discutir os resultados de aprendizagem; propor a construção de soluções pedagógicas para melhorar a qualidade; propor e incentivar estratégias para estreitar as relações da escola com a comunidade. Portanto um diretor não pode ser reduzido a um cargo de confiança do gestor, como também não pode ser reduzido a alguém que faz um curso de capacitação. O diretor não pode ser um cargo que se perpetue na função, isto faz muito mal a escola. Não existe nada melhor do que a escolha democrática, com uma legislação clara que regule e uniformize o processo eleitoral. A eleição de Diretor no caso do RS é um evento marcante. Em cada três anos, no mesmo período é realizada a eleição, as chapas têm que apresentar um programa de gestão juntamente com a nominata de diretor e seu vice ou vices. A legislação define um colégio eleitoral representando todos os segmentos da comunidade escolar. Todo o processo é previsto na legislação. Inicia com a divulgação do Edital que prevê a organização de todo o processo. Esta legislação foi constituída no final dos anos 1980 e desde então tem passado por mudanças buscando o aperfeiçoamento. A eleição de diretores não é um processo perfeito, não foge a distorções, corporativismos, tentativas de privatizações do espaço público. E às vezes constatamos práticas copiadas das eleições gerais na sociedade, geralmente maus exemplos oferecidos por políticos profissionais, muitos deles, críticos da eleição de diretores. Contudo a eleição tem contribuído para o avanço de relações menos hierarquizadas, mais transparentes e pactuadas. Há mecanismos de enfrentamento da má gestão previstos pela legislação que podem ser acionados pelo gestor e pela própria comunidade escolar. Por outro lado há de se admitir que a escola tenha que ser um laboratório de aprendizado da democracia, um espaço privilegiado do aprendizado do exercício da cidadania.

Não há outra forma mais educativa de escolher os diretores do que com a participação coletiva regrada e institucionalizada. Contudo a experiência do RS não se realiza de forma significativa ou semelhante na maioria dos estados e municípios, mas nosso compromisso com a democratização da sociedade nos compromete com formas mais democráticas de escolha de diretores de que as nomeações de confiança política ou nomeações vitalícias decorrentes de um teste intelectual. Considerando o perfil necessário do diretor para as escolas grandes e complexas é preciso que os professores se tornem uma massa critica de gestão. Ou seja, a gestão deve fazer parte da pauta de formação em serviço para todos e não apenas para candidatos a diretor. Criar cursos e provas exclusivos como condição para quem quer candidatar-se a diretor é, na prática, uma cassação prévia do direito da comunidade de escolher aquele que ela julga com capacidade de representar a sua visão na gestão da escola. O importante é que o eleito não possa assumir sem fazer um curso de capacitação depois de eleito e que haja a obrigatoriedade de participar de todas as formações durante a gestão, como estabelece a Lei de Gestão do RS. Mas a dimensão mais desafiadora e difícil de responder é a democratização do acesso ao conhecimento e a aprendizagem. Esta dimensão pressupõe a reversão de todos os velhos conceitos de escola e de conhecimento, como discutimos acima. A escola tem que ser a instituição da criatividade e da aprendizagem. A escola é a instituição especializada e responsável pela aprendizagem de todos. Quando um educando não está aprendendo a instituição especializada em ensinar tem que ter o compromisso de buscar soluções, de estudar o comportamento cognitivo do aprendiz, do seu contexto de não aprendizagem e responsabilizar-se na busca de solução. Quando

alguém não aprende está em jogo um conjunto de fatores: a família, o próprio aluno, os gestores do sistema. Mas a responsabilidade primeira é do professor e da escola, os especialistas em ensinar. Todos podem aprender, e todos têm direito a aprender. Os indivíduos aprendem em ritmos e tempos diferentes, com sensibilidade e aptidões adquiridas em diferentes áreas, mas todos aprendem. Quando há problema de aprendizagem **há** também problema de ensinagem. Portanto o problema central da aprendizagem ou da não aprendizagem é pedagógico. Nesta perspectiva afasta-se a polarização entre os conceitos aprovação/reprovação. O objetivo da educação não pode ser aprovar ou reprovar, mas garantir a aprendizagem de todos os educandos. Isto significa que é necessário rever o conceito de avaliação: não se deve avaliar para aprovar ou reprovar, mas devemos avaliar para identificar os problemas e superá-los. Na avaliação tradicional não se tem compromisso com os resultados negativos e os que não aprendem são reprovados e quase sempre abandonam a escola. A avaliação tem que ser permanente, é intrínseca ao processo de trabalho pedagógico, o seu objetivo maior não pode ser excluir os que não aprendem, mas dar respostas com ações que garantam a aprendizagem respeitando a diversidade dos educandos, considerando que cada sujeito deve ser avaliado como parâmetro de si mesmo. Quando revertemos a avaliação como um instrumento de poder, para aprovar, reprovar e excluir certamente vamos ter mais possibilidades para garantir a aprendizagem com qualidade, assegurar permanência e o sucesso dos educandos. Este deve ser o papel da escola democrática, da escola que garante o direito à aprendizagem para todos.

12) É fundamental buscar alternativas de colaboração no âmbito do pacto federativo, mesmo tendo que alterar o seu formato. Mas nosso projeto político foi historicamente construído contra todos os princípios e práticas antidemocráticos e é pautado pelas ideias generosas de crença no ser humano, na justiça social e na força da inteligência coletiva para operar mudanças e transformar a sociedade. Por isso contradiz frontalmente com nosso projeto aliciar agentes públicos das instâncias federativas para formar comissões fiscalizadoras, controladoras, inquisidoras, mandatadas para aplicar seus juízos avaliativos para punir, premiar e distribuir recursos públicos. Além dos ajustes de ordem jurídica que podem ajudar a compatibilizar as competências federativas para um esforço concentrado para melhorar a educação é necessário um planejamento integrador entre estados, municípios e União. Existem questões básicas que precisam ser consideradas e podem ser objetivadas no detalhamento das ações práticas do Plano Nacional de Educação PNE, e nos planos municipais e estaduais tais como: a definição do montante dos recursos para a universalização da Educação Básica conforme o PNE e o investimento intensivo nos fatores que empolgam a qualidade social da educação. Embora o PNE seja previsto para dez anos o Brasil necessita definir objetivamente quanto vai investir até 2030 para consolidar a qualidade social da educação. Foi importante a decisão sobre os dez por cento do Produto Interno Bruto PIB, mas quanto é isso? Qual a metodologia de cálculo? Qual o valor garantido ou aproximado? Quanto será disponibilizado para a Educação Básica Pública? Foi importante o compromisso com recursos do pré-sal, mas quem sabe quanto tocará à Educação Básica? Se há realmente uma preocupação séria com a Educação temos que saber quanto vamos investir na formação da nossa juventude.

Acreditamos que só há uma forma de garantir os recursos necessários com segurança. Criar um Fundo de Investimento exclusivo para a educação pública definindo fontes claras e objetivas de sustentação do fundo. A principal deveria ser uma taxa sobre movimentações financeiras como garantia de recursos certos e mensuráveis, reforçados pelos produzidos pelo pré-sal. A educação de qualidade custa caro, tem que ser pública gratuita e tem que ser direito e as fontes podem ser sustentadas por quem mais se beneficia ou se beneficiará da capacidade de produção de uma população bem formada. Isto aportaria a estados e municípios recursos que os desinibiriam de cumprir suas partes no Regime de Colaboração. É preciso ações concretas e menos ilusórias no financiamento da Educação ou ficamos com a retórica vazia da necessidade do salto da qualidade da educação para colocar o país no topo das nações com melhores resultados educacionais. Ou acreditamos que atingiremos este objetivo investindo 20% do que cada um destes países investem por aluno/ano? Com a definição mais clara do financiamento o novo Fundo tem que garantir o financiamento da alimentação escolar com valores que cubram os custos reais, da mesma forma para o transporte escolar. Na Educação Infantil não basta financiar prédios, é necessário subsidiar também as despesas correntes, pois há uma crise permanente pela insuficiência dos subsídios para sustentação da rede.. Como centralidade para a qualidade do ensino é necessária a sustentação de um projeto permanente de formação continuada em serviço dos educadores das redes estaduais em conjunto com as municipais, planejado e articulado com universidades e Institutos Federais e redes públicas. Cabe a União fornecer meios e induzir a infraestrutura de comunicação, como extensão da fibra ótica e outros mecanismos para garantir que todas as escolas públicas do país

tenham acesso a rede mundial, com a velocidade que garanta a qualidade da comunicação. O Fundo da educação deverá financiar a infraestrutura interna das escolas e a aquisição de equipamentos para a atividade fim. Não devemos ser “heréticos” usando o nome de Anísio Teixeira para criar redes de escola elitistas, seletivas, certamente ele não gostaria de ver seu nome envolvido em projetos desta natureza. Mas podemos e devemos recorrer a ele e a Darcy Ribeiro para repensar o espaço escolar. A escola como um espaço arquitetônico nobre, com todos os espaços para a criatividade, com uma estética estimuladora da atividade intelectual, para o estudo, a pesquisa, a recreação, os esportes, a cultura, a nutrição e tudo aquilo que aguça e provoca o espírito humano impulsionando o seu desenvolvimento intelectual, moral, estético e ético. Para substituir os métodos de avaliações de quem tem poder sobre os que não têm, baseadas no controle, no prêmio e castigo, contrapomos um sistema de avaliação participativo, qualitativo, onde se identificam os bons e os maus processos onde se pode, por exemplo, reconhecer processos que geram bons ou maus resultados. Nesta proposta de sistema de avaliação a instituição escola é sujeito da sua própria avaliação. Professores, funcionários, pais e alunos realizam uma autoavaliação institucional. Fazem um diagnóstico utilizando os dados de aprovação, reprovação, abandono, da proficiência da Prova Brasil e dos resultados do IDEB, da prestação de contas da escola e de outros dados quantitativos que expressam resultados visíveis. Após o diagnóstico cada segmento vai organizar o seu processo de discussão com base nos parâmetros do sistema. A escola é dividida em dimensões, as dimensões têm indicadores e os indicadores têm descritores que qualificam o processo de cada indicador. Após o processo participativo os resultados de cada segmento são

compatibilizados por uma comissão central em cada escola que vai alimentar os dados do processo coletivo no Sistema. As mantenedoras também realizam o processo. Desta forma todo sistema passa pela autoavaliação institucional. É recomendável que uma ou mais universidades acompanhem o processo avaliando a sua qualidade e suas deficiências para que o mesmo seja permanentemente aperfeiçoado. O resultado é devolvido a cada unidade e a partir dos resultados realiza-se o planejamento e as correções do projeto pedagógico e da sua gestão para aperfeiçoar os processos que melhoram a atividade fim da Educação, a aprendizagem dos alunos. Este sistema não premia nem castiga, mas aponta caminhos construídos coletivamente por quem faz o cotidiano da educação. Ao invés da inquisição, do controle, da fiscalização, educadores e dirigentes são mobilizados para avaliar, planejar e executar seu trabalho como sujeitos de responsabilidades. Com uma larga experiência de gestão podemos afirmar que nada é mais produtivo do que mobilizar a inteligência criadora dando voz e dividindo responsabilidades com os sujeitos que fazem o cotidiano dos processos no “chão da escola”. Estes elementos podem ser integradores e substantivos para o Regime de Colaboração. Por fim queremos alertar para um novo fator de impacto na gestão dos sistemas educacionais que até 2030 se aprofundará e exigirá medida de compatibilização entre os sistemas estaduais e municipais. Trata-se do novo perfil demográfico do país A redução drástica da natalidade já está produzindo a ociosidade de muitas redes em muitas regiões, tanto urbanas quanto rurais. Este é um problema que tem que ser estudado e planejado para evitar desperdício de recursos públicos em estruturas ociosas e concorrentes entre estados e municípios.

13) Outra questão importante em qualquer proposta que queira enfrentar as questões educacionais em nosso país é sobre o papel das universidades, principalmente as públicas. Não se pode fazer uma proposta para a educação nacional desconsiderando e desqualificando as nossas universidades. Se é verdade que existe um corporativismo acadêmico, e em alguns casos uma certa privatização do público por interesses pessoais, particularizados, um certo exibicionismo e fechamento em torno de defesa de correntes teóricas, também é verdade que predomina o trabalho sério, que as universidades têm muitas virtudes e no caso da Educação, contribuições concretas. Como vamos constituir e executar um projeto de Nação desqualificando as instituições que têm a responsabilidade de dar suporte científico e tecnológico para todas as áreas da sociedade? Como vamos produzir um conhecimento que alavanque nosso desenvolvimento sem reconhecer o papel da academia e das Instituições de e Ensino Superior. Ignorar as universidades e buscar apoio nas fundações empresariais, nos institutos que não produzem conhecimento, mas são atravessadores de tecnologias educacionais, revela uma opção politicamente lamentável e de efeitos desastrosos para a educação. Também não é correto colocar todas as instituições não públicas na vala dos que só visam o lucro. Temos instituições confessionais e comunitárias que são de excelente qualidade, envolvidas com pesquisas estratégicas e com vínculos consolidados com a sociedade. Na Educação precisamos ter um projeto que integre e não afaste as universidades. Para uma mudança na Educação temos que fazer um amplo debate sobre a demanda de mudanças nas licenciaturas, a luz de novas e necessárias concepções de organização do ensino. O currículo interdisciplinar exige professores formados em licenciaturas interdisciplinares. Essas

mudanças tornam-se sensíveis às universidades, quanto mais elas se aproximam da Educação Básica. Mas para isso é necessário uma política pública que promova essa participação como opção aos institutos e fundações privadas. Estas sim só visam o lucro, tanto na imediata venda de tecnologias, quanto na estratégia ideológica de produção do lucro. É estranho que um dos primeiros atos de um Ministro da Educação seja visitar uma fundação privada americana... Precisamos colocar a disposição da Educação Básica o conhecimento produzido nas universidades e abrir a escola básica para a pesquisa, possibilitando que a escola aproprie-se desse conhecimento e que a universidade aproveite a experiência do cotidiano das escolas como matéria prima para refletir e construir novas práticas num movimento tanto para a formação inicial, quanto para a formação em serviço. O vínculo da escola básica com a universidade também pode contribuir para estimular o ensino baseado na pesquisa como prática pedagógica. Não podemos desperdiçar o que temos e o que acumulamos<sup>4</sup>. A experiência das escolas e o potencial de nossas universidades. Principalmente as públicas e os Institutos Federais. Por fim não devemos desperdiçar as experiências bem sucedidas de doze anos de governo. O programa Mais Educação, como passo importante para a Educação Integral em Tempo Integral, o Pacto pela Melhoria do Ensino Médio, que no RS gerou um grande movimento de formação continuada com a participação das universidades, a escola de Gestores que teve um excelente impacto na

---

<sup>4</sup> No Rio Grande do Sul na gestão 2011-2014 foi tomada a decisão de dispensar todos os institutos que vendiam serviço para a SEDUC-RS, contratados pelo governo anterior do PSDB. Em contraposição foram chamadas todas as universidades públicas algumas confessionais e comunitárias e foi organizado um programa de Formação Continuada em Serviço. Juntamente com este programa foram desenvolvidas as atividades do Pacto pela Melhoria do Ensino Médio e o Pacto pela Alfabetização na Idade Certa. A convivência entre a rede estadual e as universidades teve excelentes resultados. Os professores foram mobilizados em um verdadeiro movimento de formação e como consequência todos os índices educacionais da rede estadual tiveram melhoras significativas.

qualificação dos gestores e a formação no ciclo de alfabetização que também impactou positivamente as redes. A continuidade destes programas e a consolidação do trabalho da Educação Básica com as universidades dispensa a criação de Centros de formação de Professores e Centros de Formação de diretores. Seriam elefantes brancos com investimentos desnecessários em detrimento do que já temos. Finalmente não sabemos se devemos encarar a proposta de uma rede de escolas referência para o experimentalismo, constituída por uma elite de alunos selecionados como um deslize ocasional, um descuido fruto de um momento de entusiasmo ou um afastamento intencional do nosso projeto político histórico.